



CÂMARA DOS DEPUTADOS
Comissão de Defesa do Consumidor – CDC

REQUERIMENTO Nº DE 2017
(Do Sr. AUREO)

Requer a realização de Audiência Pública para discutir os efeitos das metas do Conselho Nacional de Justiça - CNJ –nos processos indenizatórios das relações consumeristas.

Senhor Presidente,

Nos termos do Art. 255 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados (RICD), requiro a Vossa Excelência, ouvido o Plenário desta Comissão, sejam convidados a comparecer a este órgão técnico, em reunião de Audiência Pública, as seguintes pessoas.

1. Representante do Movimento Advogados Unidos – Dr. Miguel Barreto;
2. Representante do Conselho Nacional de Justiça;
3. Representante da Ordem dos Advogados do Brasil;
4. Representante do Instituto Brasileiro de Política e Direito do Consumidor – Dra. Amanda Flávio de Oliveira.
5. Instituto de Defesa do Consumidor (IDEC).



JUSTIFICAÇÃO

A relação de consumo é o vínculo jurídico entre o consumidor e o fornecedor regulada pela Lei 8.078/90. O Código de Defesa do Consumidor surge para dirimir conflitos na relação consumerista, tendo em vista a vulnerabilidade do consumidor perante a outra parte.

Atualmente, na sociedade brasileira a prestação jurisdicional eficiente constitui uma exigência social e constitucional. A cobrança pela melhoria dos serviços prestados pelo Poder Judiciário surge à medida que a nova realidade social se choca com os antigos resquícios da gestão burocrática da instituição.

A partir da emenda constitucional nº 45/2004, criou-se o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) que instaurou plano de metas gerenciais e implementou medidas para o alcance de maior eficácia na prestação jurisdicional fundadas no princípio da razoável duração dos processos.

Ocorre que, o Movimento Advogados Unidos aduz que após o estabelecimento dessas metas propostas pelo CNJ, houve uma mudança no comportamento dos Tribunais na concessão de dano moral nas relações de consumo.

Ademais, afirmam que os valores das condenações do Poder Judiciário, em indenizar o consumidor, vítima na relação jurídica, são irrisórios e, por conseguinte, insuficientes para punir as empresas.

Diante do exposto peço apoio aos integrantes desta Comissão na aprovação deste Requerimento, a fim de debater o tema no âmbito desse Colegiado.

Sala da Comissão, de de 2017.

Deputado **AUREO**
Solidariedade/RJ